



Tumulatio ad abregam: Em torno dos achados de Abragão (Penafiel)

Maria José Santos*

Palavras-chave

Sepulturas de lajes avulsas; sarcófagos; necrópoles medievais e cemitérios “familiares”

Keywords

Loose slabs graves; sarcophagus; medieval necropolis and family cemeteries

Resumo

O presente artigo visa essencialmente trazer a público a necrópole da Quinta do Paço (constituída por, pelo menos, três sepulturas de lajes avulsas visíveis e uma soterrada) e os dois sarcófagos que se encontram na Casa do Comendador, todos da freguesia de Abragão, no município de Penafiel, e que pensamos estarem ainda inéditos. Sem ter qualquer pretensão de ser um estudo analítico, tenta-se, ainda assim, um exercício interpretativo destes elementos funerários, numa abordagem que pretende colocar mais perguntas do que dar respostas.

Abstract

This article aims at presenting to the public the Necropolis at Quinta do Paço (consisting of at least three graves made of visible loose slabs and one buried grave) and the two sarcophagus at the House of the Comendador all in the Parish of Abragão, in Penafiel, and that we think are still unknown to the public. Not intending to be an analytic study, we do mean to interpret these burial elements, or at least to raise more questions rather than look for possible answers.

* Arqueóloga. Museu Municipal de Penafiel (mjfs76@gmail.com)

1. Introdução

O presente artigo constitui uma breve nota acerca da necrópole da Quinta do Paço e dos dois sarcófagos que se encontram na Casa do Comendador, todos na freguesia de Abragão, município de Penafiel, e que pensamos estarem ainda inéditos¹.

A primeira notícia que tivemos da necrópole da Quinta do Paço data de 2004, aquando do levantamento integrado no projecto *Arqueologia Medieval do Concelho de Penafiel*, do qual resultou o estudo monográfico relativo à medievá *Terra de Penafiel de Canas ou de Sousa*². Visitámos então o local e identificámos um sepulcro, logo à entrada do caminho de acesso à mata, embora nos tenham informado que existiria ali um segundo túmulo. Este estaria localizado frente ao primeiro, junto do marco de propriedade ainda hoje ali presente, mas encontrava-se então (e agora) soterrado nas terras movimentadas aquando do alargamento da estrada municipal. Contudo, como não foi possível proceder ao imediato registo da sepultura visível, e uma vez que a freguesia de Abragão não integrava na Idade Média a *Terra de Penafiel de Canas*, mas sim a de Portocarreiro, a existência desta necrópole ficou por noticiar. Aquando da limpeza desta primeira sepultura para registo gráfico, já em 2010, fizemos uma pequena prospecção na envolvente, tendo encontrado assim os outros dois túmulos que agora se publicam.

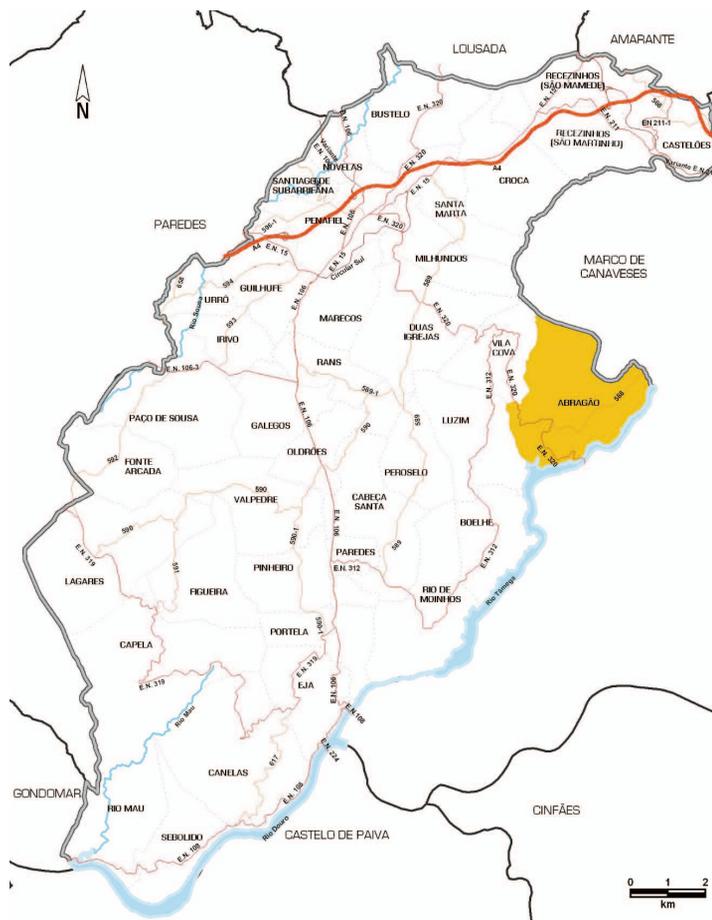


Figura 1. Mapa do Município de Penafiel

Entretanto, em 2007 e aquando da longa temporada que por ali passámos inerente ao acompanhamento arqueológico da obra do Centro Cívico de Abragão, na envolvente da Igreja paroquial de S. Pedro, tivemos conhecimento da existência de dois sarcófagos na chamada Casa

¹ Não posso deixar de agradecer a inestimável colaboração de toda a equipa do Museu Municipal de Penafiel, em particular a alguns colegas e amigos cujo apoio na limpeza, no registo e na parte gráfica tornou possível a concretização deste pequeno artigo, e sem os quais não poderia ter realizado o mesmo: à Ana Anileiro, à Helena Bernardo, à Inês Soares, à Laura Sousa e ao Manuel Ribeiro, obrigada por tudo! Ainda uma palavra à Doutora Teresa Soeiro pelo apoio, preciosa ajuda na revisão e pela bibliografia disponibilizada. Agradeço também a informação da existência da necrópole da Quinta do Paço ao Sr. José Manuel Carneiro, bem como a simpatia e disponibilidade em me acompanhar ao local. Agradeço igualmente ao proprietário da Quinta do Paço, o Sr. Reis Melo, a amabilidade em nos autorizar a proceder à prospecção dos seus terrenos e à limpeza das sepulturas identificadas. Ainda uma palavra de apreço pelo incansável apoio do Sr. António Mendes, que, como sempre, nos prestou toda a colaboração necessária.

² Este projecto foi aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos 2001-2004, com vista à realização do levantamento arqueológico inerente ao desenvolvimento do estudo *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)*, editado no n.º 10 da série *Cadernos do Museu*, do Museu Municipal de Penafiel (Santos, 2005).

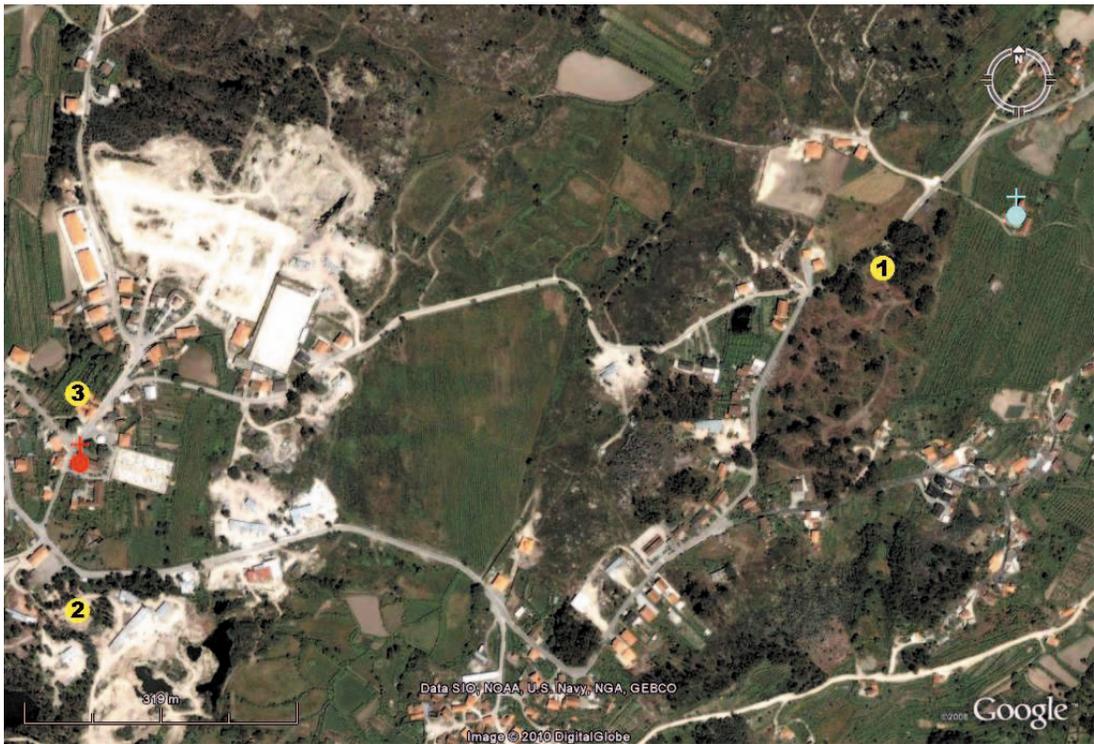


Figura 2. Localização dos achados na freguesia de Abrugão

- 1 Necrópole da Quinta do Paço
- 2 Necrópole da Tapada da Cancela

- 3 Casa do Comendador
- ✝ Igreja Paroquial de Abrugão
- ✝ Capela da Quinta do Paço

do Comendador, informados pelos proprietários da mesma que amavelmente no-los mostraram e permitiram o seu registo³.

Este pequeno artigo visa essencialmente trazer a público a existência destas sepulturas e dos sarcófagos ainda inéditos. Sem ter a pretensão de ser um estudo analítico profundo dos mesmos, até pela falta de elementos comparativos suficientes, tenta-se, ainda assim, um breve enquadramento histórico-arqueológico interpretativo destes testemunhos funerários no âmbito do povoamento local medievo.

2. A Necrópole da Quinta do Paço

A necrópole que aqui trataremos situa-se numa tapada particular que integra os terrenos da Quinta do Paço, no lugar da Aldeia da freguesia de Abrugão, junto da EM 588, via de ligação à freguesia de Maureles, já no vizinho município de Marco de Canaveses. Este núcleo cemiterial é constituído por três enterramentos visíveis, sepulturas definidas por pedras avulsas, tipologicamente atribuíveis à Idade Média, agora identificadas, limpas e registadas, e ainda

³ Agradecemos ao Dr. Armando Melo e esposa terem-nos dado a conhecer os sarcófagos que se encontram em sua casa e a amabilidade de nos permitir o seu registo. Deste projecto de requalificação urbanística da envolvente da Igreja de S. Pedro de Abrugão, classificada como Monumento Nacional por Decreto n.º 129/77 de 29 de Setembro, resultou o achado de cerca de 70 silhares com decoração românica reaproveitados nos paramentos da Casa do Ferreiro, edifício fronteiro ao templo que se pretendia recuperar para apoio da Junta de Freguesia, entretanto manualmente desmontado para recuperação de todos os elementos decorativos e posterior integração num novo projecto. Destes trabalhos decorreu a edição de um pequeno roteiro contendo os resultados preliminares desta intervenção (Santos, 2008).

um quarto enterramento, soterrado, que não pudemos pôr a descoberto. Assumimos assim que no mínimo serão quatro as sepulturas que compõem a necrópole da Quinta do Paço, embora admitamos que possam existir mais moimentos na área envolvente.

As três sepulturas visíveis e agora registadas encontram-se ao longo de um caminho que atravessa a tapada em direcção à extensa vinha e ao conjunto edificado da quinta, de onde sobressai o edifício habitacional, de planta rectangular e com dois pisos. De paramentos robustos, constituídos por grandes silhares de granito bem talhados e aparelhados, a casa contrasta com os restantes edifícios que integram o conjunto, destacando-se pela qualidade construtiva. A chaminé do edifício é de grande dimensão, contribuindo para a imponência com que se destaca na envolvente. Ao lado, em edifício independente e voltada ao caminho, sobrevive ainda a pequena capela da quinta, cuja invocação não nos foi possível aferir, e cujos paramentos demonstram ter sofrido várias remodelações. Infelizmente não tivemos oportunidade de ver o seu interior, mas informaram-nos de que terá sido convertida em adega e ali colocados dois lagares. De traça arquitectónica moderna, a capela caracteriza-se pela simplicidade do edifício, de pequena

dimensão, sem qualquer elemento decorativo no exterior. Com planta rectangular e nave única, tem apenas uma modesta moldura ao nível da cornija, quebrada na fachada, que se ergue em duas águas e está encimada por um arco de campanário. O conjunto edificado, organizado em torno de uma eira e com vários anexos de cariz agrícola, encontra-se aparentemente abandonado.

O primeiro dos três túmulos registados na necrópole da Quinta do Paço localiza-se do lado direito da entrada do caminho, outrora lajeado, que da estrada municipal penetra para a tapada e toma duas direcções, seguindo para Sul, em direcção ao lugar de Miragaia, e inflectindo à esquerda, em direcção ao vinhedo e às casas da quinta, para Nascente. Este túmulo (sepultura 1) encontra-se em bom estado de conservação e é constituído por pedras avulsas fincadas no solo que delimitam uma sepultura de contorno sub-trapezoidal, ligeiramente mais larga na zona da cabeceira e sem sinais de antropomorfismo, orientada *grosso modo* de forma canónica. No

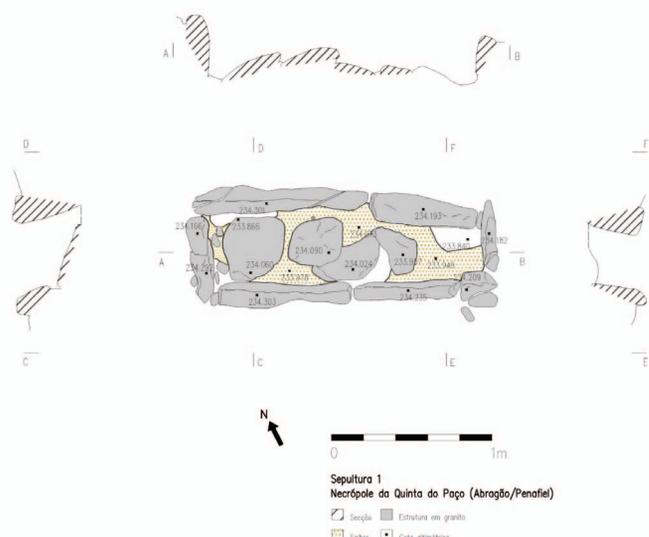


Figura 3. Sepultura 1 da necrópole da Quinta do Paço



Figura 4. Sepultura 1 da necrópole da Quinta do Paço

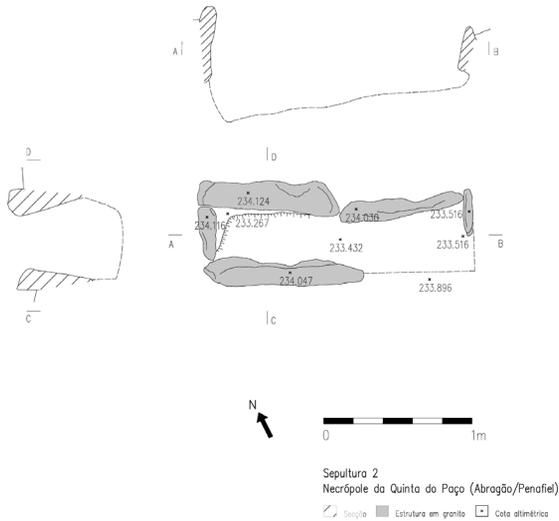


Figura 5. Sepultura 2 da necrópole da Quinta do Paço

fundo da cavidade sepulcral está forrada por lajes irregulares com saibro batido nos interstícios, que optámos por não retirar visto termos procedido apenas a uma acção de limpeza para registo, e não a uma intervenção arqueológica de escavação. Com cerca de 190cm de comprimento exterior, 80cm de largura na zona da cabeceira e 65cm na zona dos pés, esta sepultura apresenta-se adaptada a um indivíduo adulto, com estatura média provável de cerca de 160cm, considerando a opinião de alguns autores a este respeito (Barroca, 1987:121; Tente e Lourenço, 1998: 206; Nunes, Sousa e Gonçalves, 2006:58).

Seguindo para Nascente em direcção aos vinhedos da quinta, a cerca de 15m da sepultura 1 identificámos, à esquerda do caminho, um segundo túmulo, genericamente com a mesma orientação do primeiro, mas em pior estado de conservação. A sepultura 2 apresenta dimensões semelhantes às da sepultura 1, embora seja ligeiramente mais curta e estreita em cerca de 10cm. Tratando-se também de uma sepultura definida por pedras avulsas fincadas no solo, estas delimitam um contorno sub-retangular, apesar de já faltarem algumas lajes, nomeadamente na parte lateral e no topo da zona dos pés. A pedra que se conserva na lateral inferior da sepultura 2 está já praticamente tombada para dentro do túmulo.



Figura 6. Sepultura 2 da necrópole da Quinta do Paço

Na limpeza do interior das sepulturas optámos por não retirar da cavidade sepulcral os níveis que claramente não denotassem terem sido alvo de revolvimentos anteriores, e, por conseguinte poderem eventualmente ainda ser coevos da utilização dos túmulos. No caso da sepultura 2, a limpeza da cavidade de enterramento revelou um profundo revolvimento de terras, sobretudo na zona da cabeceira, o que nos leva a admitir que este túmulo possa ter tido, tal como a sepultura 1, o fundo forrado com pedras e saibro, entretanto destruído por anteriores violações. No entanto, parece-nos muito interessante o corte claramente intencional que registámos no afloramento ao nível da cabeceira, e já sob a laje fincada que a delimita. Este corte poderá indicar que a sepultura 2 não tinha o fundo da cavidade sepulcral forrado com pedra, sendo assim mais profunda que a sepultura 1, o que só a escavação efectiva do túmulo nos poderia dizer.

Cerca de 5m à frente da sepultura 2, para Nascente, encontrámos o terceiro túmulo visível desta necrópole, situado precisamente no meio

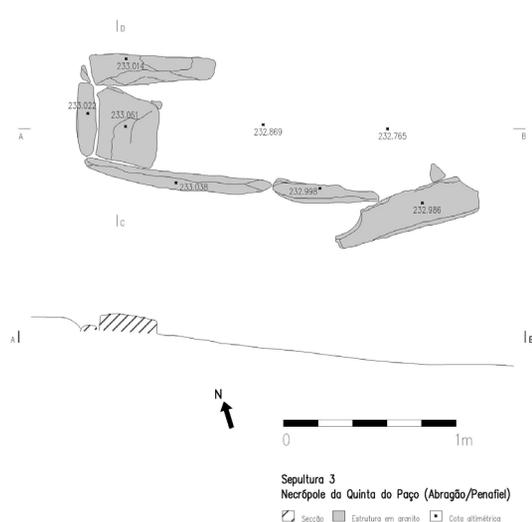


Figura 7. Sepultura 3 da necrópole da Quinta do Paço

do caminho de terra batida que conduz à vinha e ao conjunto edificado. Dada esta condicionante, e porque não poderíamos interromper a passagem com a limpeza da sepultura, apenas registámos o seu nível superficial, sem podermos observar quaisquer elementos da cavidade sepulcral. A sua orientação diverge ligeiramente da dos dois enterramentos de que já falámos, implantando-se com um maior desvio da posição canónica, de NW para SE. Embora esta sepultura apresente um contorno aparentemente sub-retangular, ela apresenta-se incompleta, apenas com definição da zona da cabeceira e um dos laterais, sem termos a zona dos pés visível. Contudo, a sepultura 3 aparenta um ligeiro arqueamento numa das faces laterais, como por vezes acontece neste tipo de tumulação (Barroca, 1987:302), mas não podemos assegurar que este não seja apenas uma consequência directa decorrente do facto do túmulo se encontrar no meio do caminho. Aliás, esta circunstância certamente contribuiu para o seu deficiente estado de conservação, faltando cerca de metade das lajes que a compunham e encontrando-se parte das outras desviadas da sua posição original por acção da passagem de carros de bois e de tractores. Este túmulo conserva ainda uma laje quadrada na zona da cabeceira que pensamos poder ser parte da cobertura do enterramento.



Figura 8. Sepultura 3 da necrópole da Quinta do Paço

Tal como dissemos, não nos foi possível identificar outros enterramentos para além dos quatro que aqui noticiámos (três sepulturas visíveis e uma ainda soterrada), embora a limpeza mais alargada da mata nos pudesse talvez mostrar uma necrópole de maior extensão. À falta de espólio associado, a datação é difícil de precisar, podendo situar-se entre os séculos XI e XIV (Barroca, 1987:301), embora a sua análise cronológica possa ser tentada com base na interpretação de outros elementos e dados complementares. Este tipo de enterramento popular generalizou-se a partir do século XI, expandindo-se nas centúrias seguintes (Barroca, 1987:300), e conviveu durante os séculos XI e XII com outras soluções de tumulação, como as sepulturas rupestres e os sarcófagos monolíticos não antropomórficos (Barroca, 1990:33). As sepulturas definidas por pedras avulsas surgem como principal alternativa de enterramento, decerto muito popular, quer em zonas onde não existiam afloramentos graníticos apropriados para a execução de sepulturas rupestres, quer

por serem de fácil execução, sem necessitar de trabalho de pedreiro especializado e serem acessíveis aos estratos mais pobres da sociedade (Barroca, 1987:299-301).

3. Os Sarcófagos da Casa do Comendador

Como referimos, tivemos a oportunidade de registar dois sarcófagos que se encontram na chamada Casa do Comendador, fronteira à Igreja de S. Pedro de Abrugão, e que supomos serem provenientes daquele templo, dado que, como peças pesadas, os sarcófagos monolíticos são muitas vezes reaproveitados na proximidade das igrejas de onde provêm (Barroca, 1987:318). Por outro lado, é conhecida a profunda remodelação que este templo sofreu no século XVII, por acção do abade Ambrósio Vaz Golias, e em épocas posteriores (Rosas, 2008:28-29; RRVs, 2008:77-83), o que favoreceu e certamente conduziu à dispersão de vários elementos arquitectónicos e arqueológicos originários da fase medieval da igreja⁴.

Ambos os sarcófagos da Casa do Comendador estão reaproveitados em diferentes funções: o sarcófago 1, rectangular e antropomórfico, encontra-se encostado a uma parede, num pátio interior, servindo de pia sob uma torneira de água canalizada; o sarcófago 2, trapezoidal, liso e não antropomórfico, encontra-se na adega da casa, embutido na parede do lagar e reaproveitado como lagareta.

O primeiro destes monólitos corresponde a um pequeno arcaz em granito, rectangular ao nível do corpo e de cabeceira mais estreita, de contorno exterior trapezoidal, mal cuidado e liso na face externa. Com cerca de 150cm de comprimento e 60cm de largura máximos, a sua cavidade tumular tem pouco mais de 120cm de comprimento e cerca de 40cm de largura, sendo um túmulo para um indivíduo de pequena

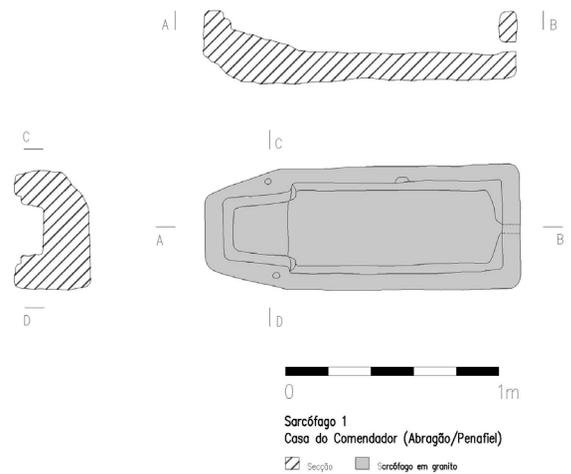


Figura 10. Sarcófago 1 da Casa do Comendador



Figura 10. Sarcófago 1 da Casa do Comendador

⁴ Tal como ficou provado com os achados da Casa do Ferreiro (Santos, 2008), tendo entretanto sido identificada na reserva do Museu Municipal de Penafiel uma das aduelas da rosácea de S. Pedro de Abrugão que já estava integrada na colecção do fundo antigo, anterior à década de 80 do século XX.

estatura, possivelmente em idade infanto-juvenil. A cabeceira do sarcófago 1 é rectangular, definida por moldura interior até à linha dos ombros, e com uma inclinação que a torna levemente mais alta em relação à cavidade do corpo, como que se de uma almofada se tratasse. Segundo Mário Barroca, esta característica pode estar presente nos sarcófagos antropomórficos a partir

do século XIII (Barroca, 1987:319-320). No topo dos pés, o sarcófago 1 apresenta um canal de escoamento que pode ser original, embora esteja reutilizado, com uma canalização de PVC ali cimentada. Estes orifícios estão presentes na maior parte dos arcazes para escoar os líquidos de decomposição acumulados, muitas vezes minorados por acção da cal, mas inevitáveis (Barroca, 1987:320). Assim, parece-nos estar perante um túmulo cronologicamente atribuível à Baixa Idade Média, do qual não conseguimos, porém, obter mais informações que ajudem a precisar a cronologia e proveniência exactas.

O sarcófago 2 coloca-nos dúvidas ainda mais fortes quanto à datação efectiva. Tratando-se de um arcaz monolítico em granito de grande dimensão, com quase 230cm de comprimento, cerca de 80cm de largura máxima provável (não o sabemos ao certo por se encontrar a zona da cabeceira parcialmente embutida sob a parede do lagar) e 60cm na zona dos pés, este exemplar não revela quaisquer sinais de antropomorfismo, consistindo num sarcófago trapezoidal, liso e de boa execução interna e externa.

Se partirmos da hipótese de estar perante um elemento medieval, poderíamos ser tentados a atribuir-lhe de imediato uma cronologia associada ao período da Reconquista, eventualmente entre os finais do século X e o século XI, contrastando com as características dominantes nos arcazes tumulares atribuíveis ao século XII em diante, predominantemente antropomórficos e rectangulares, conforme sublinhou Mário Barroca (Barroca, 1987:179, 318-319). Por outro lado, a ser alti-medieval e proveniente da igreja de Abragão, o sarcófago não poderia, necessariamente, ser coevo do edifício românico, construído apenas no segundo quartel do século XIII (RRVS, 2008:73). No entanto, sabe-se que este templo foi precedido por um anterior, provavelmente de finais do século XI, cuja existência está comprovada pela doação de Paio Peres Romeu, nobre que esteve na origem do ramo dos senhores de Paiva, casado com Godo Soares, filha do grande prócere Soeiro Mendes da Maia (Mattoso, 1982:62).

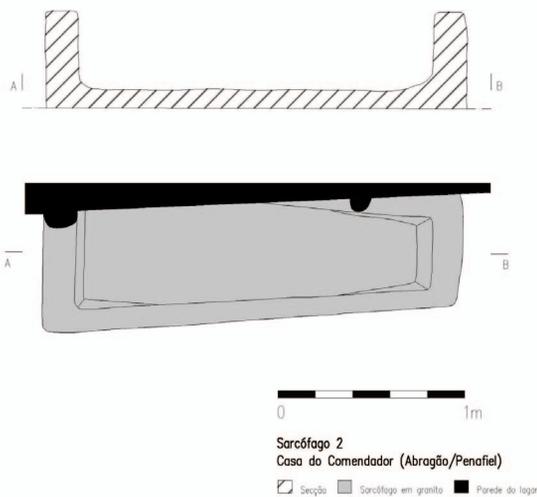


Figura 11. Sarcófago 2 da Casa do Comendador



Figura 12. Sarcófago 2 da Casa do Comendador

No seu testamento, de 1105, Paio Peres Romeu deixa a quarta parte da igreja de *sancto petro de auregam* ao Mosteiro de Paço de Sousa (Rosas, 2008:27). Mas ainda anterior a esta menção explícita ao templo, temos a simples referência ao topónimo, *villa abregam*, no inventário dos bens do Mosteiro de Guimarães de 1059, casa monástica que certamente obteve esta *villa* por doação de Mumadona Dias, na centúria anterior (Santos, 2008:13). Estes dados poderão apoiar a atribuição de uma cronologia alti-medieval ao sarcófago 2, embora não possamos descartar a hipótese deste túmulo poder eventualmente ser atribuído à Baixa Idade Média ou até à Época Moderna, à semelhança dos dois arcazes do século XVII que se encontram no interior da igreja de Abragão.

4. Breve enquadramento histórico-arqueológico interpretativo

Quando nos encontrávamos na Quinta do Paço fomos informados da existência de outra necrópole medieval no lugar da Tapada da Cancela, soterrada há mais de 15 anos⁵. Distanto dali cerca de 2km para Poente, já próxima da igreja paroquial, a necrópole da Cancela situava-se no local onde hoje se encontra uma pedreira com a mesma designação, paredes meias com o Centro Social da freguesia. Visitámos a pedreira e logo ali nos disseram que efectivamente existiram em tempos umas “*pias*” e umas “*campas*”, mas que se encontravam sob o aterro a que se procedeu para o parque de camiões. Contactámos alguns moradores da freguesia no sentido de averiguar se teriam fotografias dos túmulos, ou se alguém se recordava dos mesmos. Efectivamente, e apesar de não termos conseguido quaisquer imagens, várias pessoas se recordavam de ver as sepulturas, descritas como sendo em tudo semelhantes às da necrópole da Quinta do Paço (tratando-se, portanto, de enterramentos definidos por lajes

avulsas fincadas no solo). Mas, segundo nos asseguraram, eram aqui em maior número, num total de “*cerca de uma dúzia de campas*”.

Curiosa foi também a referência às ditas “*pias*”, das quais o actual proprietário do terreno fez questão de guardar um exemplar e colocá-lo na entrada da pedreira, garantindo-nos que havia outros exemplares semelhantes. Consiste num batólito granítico de dimensão razoável, com uma depressão ovalóide artificialmente escavada no topo que tem cerca de 50cm de comprimento, 35cm de largura e 20cm de profundidade, e possui um canal de escoamento. Fica-nos a dúvida: terão estas *pias* alguma ligação efectiva à necrópole? Fariam de facto parte do espaço necrológico, relacionadas com os rituais funerários praticados, nomeadamente com a lavagem do corpo antes do envolvimento no sudário, podendo a existência destas *pias* “(...) *cumprir a mesma função ritual, limitando-se a reproduzir, apenas simbolicamente, o banho que precedia a inumação, dada a pouca água que armazenavam no seu interior*” (Marques, 1995:216, citado por Lourenço, 2007:45)? Ou “(...) *seriam pequenos depósitos de água benta para se efectuar a aspersão do corpo e do túmulo, numa época em que o ritual funerário (...) era mais do domínio civil (...), ou seja, familiar*” (Lourenço, 2007:45)?

Não identificámos quaisquer vestígios arqueológicos na envolvente da pedreira, embora neste caso toda a área se encontre profundamente alterada, com vários caminhos empedrados e construções que impossibilitam uma prospecção sistemática. Apesar de não estar aparentemente associada a outros vestígios, não deixa de ser curioso que a necrópole da pedreira da Cancela se localize nas imediações do Castro de Abragão, pequeno povoado fortificado com três possíveis linhas de muralha, sem vestígios aparentes de romanização (Soeiro, 1984:50), situado apenas a umas dezenas de metros de distância.

Nesta medida, impõe-se uma breve contextualização e enquadramento histórico-arqueológico do povoamento da freguesia e dos

⁵ Agradecemos a informação ao Sr. José António e seu sogro.

achados que se podem associar às necrópoles que noticiámos, tendo em vista uma melhor interpretação.

As ocupações castreja e romana estão comprovadas por vários achados de materiais cerâmicos e por vestígios de estruturas de construção nos castros de Abragão e da Penha Grande (Soeiro, 1984:50-52). Sabemos da existência de um grande povoado romano relativamente próximo da necrópole da Quinta do Paço, na partilha entre Abragão e Maureles, junto da EM 588, mas situado já na área administrativa do município de Marco de Canaveses⁶. Há ainda notícia de um eventual achado, também entre o lugar da Aldeia e Maureles mas mais para Sul, próximo da margem do Tâmega, composto por umas “ânforas” que terão aparecido “num abrigo/gruta” (Soeiro, 1984:51), indicação algo vaga e confusa que nunca se conseguiu confirmar.

Aquando dos trabalhos de limpeza da necrópole da Quinta do Paço fizemos uma pequena prospecção nos terrenos da propriedade, e identificámos outros vestígios arqueológicos para além das sepulturas. A algumas dezenas de metros para Nascente, junto da vinha, encontrámos vários fragmentos de *tegulae* e recolhemos um fragmento de bordo de pote ou panela, extrovertido e com carena interior pronunciada para assentamento de testó. De pasta bege acastanhada, bastante arenosa e algo micácea, com fuligem na parede exterior, este fragmento cerâmico é de fabrico romano comum. Admitimos, por isso, a eventual existência de uma ocupação de Época Romana nas imediações da necrópole, em terrenos de feição eminentemente agrícola.

A ligação entre necrópoles alti-medievais e vestígios de ocupação romana já foi constatada em diversos casos, sobretudo na zona Centro do país, mas em relação a núcleos de sepulturas rupestres (Tente e Lourenço, 1998:211; Vieira, 2005/2006:264-265; Lourenço, 2007:30, 51-59). A ocorrência de vestígios de materiais construtivos como *tegulae* e *imbrices* junto de

pólos cemiteriais medievos deve, contudo, ser cuidadosamente analisada, e não encarada como exclusiva do período romano, como vários autores já sublinharam, uma vez que está também comprovada a sua reutilização e o fabrico tardio destes materiais (Barroca, 1987:59; Alarcão, 1990:378; Lourenço, 2007:30-31).

Como interpretar esta aparente e constante ligação? Não vamos analisar aqui a questão do povoamento da área ser permanente e continuado, ou ser interrompido e com hiatos cronológicos. A circunstância desta associação pode não reflectir mais do que a comprovada capacidade de atracção das zonas de solos férteis para a agricultura, e as inerentes “(...) condições favoráveis para a fixação do homem, independentemente do período cronológico a que nos reportemos” (Lourenço, 2007:59). Esta ideia sai reforçada se considerarmos que as sepulturas da Alta Idade Média não associadas a um templo existente, isoladas ou agrupadas em número restrito, podem reflectir um povoamento disperso da zona, assente em agregados familiares que habitariam pequenos casais agrícolas mais ou menos auto-suficientes. Estes pólos cemiteriais reflectiriam, assim, a organização da própria propriedade rural, optando-se por enterrar os seus elementos nas imediações da habitação, em verdadeiros “cemitérios familiares” associados à propriedade agrícola e habitacional (Tente e Lourenço, 1998: 211; Vieira, 2005/2006:264-265; Nunes, Sousa e Gonçalves, 2006:61-62; Lourenço, 2007:30, 51- 59).

Não nos parece descabida a analogia para o caso das sepulturas definidas por pedras avulsas. Esta ligação dos cemitérios ditos “familiares” às ocupações romanas, sobretudo se de casais agrícolas se tratarem, aparenta basear-se precisamente na forte ligação à terra que este tipo de povoamento reflecte em qualquer das épocas. Assim, somos levados a pensar que se a *plebs rustica*, do *colonus* rural e família, se fazia enterrar na sua propriedade, ainda que em locais apartados da área habitacional, geralmente

⁶ Agradecemos a informação da existência deste povoado à Doutora Teresa Soeiro.

mais elevados e menos aptos para o cultivo agrícola (Villaescura, 2001:132-133; Rodríguez, 2002:372), os proprietários ou arrendatários dos casais que compunham as *villae-ecclesiae* alti-medievais fariam provavelmente o mesmo, sobretudo se em áreas onde não existia um templo na proximidade.

Do povoamento alti-medieval de Abragão ainda sabemos pouco. Conhecemos os vestígios relativamente bem conservados de uma estrutura militar roqueira no alto de Vila Cova, outrora Vez de Aviz, sobranceira a Abragão. Consiste este castelo num pequeno reduto amuralhado, composto por uma muralha de 1,5m de largura erguida entre dois batólitos que define um perímetro interior, à volta do qual se ergue uma segunda linha de defesa (Santos, 2005:65; Santos, 2008:13).

Sabemos que Abragão integrava, na época medieval, a *terra* de Portocarreiro, uma das unidades administrativas que emergiu na sequência do processo de desagregação da *civitas* de Anégia, e já mencionada no século XII (Santos, 2005:20). No século XIII o julgado era constituído pelas paróquias de S. Pedro de Portocarreiro, St.º André de Vila Boa de Quires e S. Pedro de Canavezes. Da primeira destas faziam parte, segundo as Inquirições de 1258, a *villa* de Abragão, que pertencia ao couto do mosteiro de Vila Boa de Quires, e os lugares de Vez de Aviz, Ribaçais, Granja, Vilar, Agrela, Campo, Louredo, Samil, Outeiro, Ribeiro e Maureles, entre outros mais pequenos (Santos, 2008:15). As Inquirições de 1258 relativas à paróquia de S. Pedro de Portocarreiro mencionam a existência de uma estrada, que é tida como ponto de referência para a localização de um dos vários reguengos ali existentes (PMH, Inq.:597)⁷. A esta, ainda que em mera hipótese e carente de análise mais profunda, poderíamos associar os topónimos da envolvente da necrópole da Quinta do Paço.

Por um lado, o próprio arruamento da EM 588, designado de *Rua da Aldeia* no troço junto à necrópole em questão, tem o nome de *Rua da Carreira Chã* no traçado a Poente. A estrada actual provavelmente decalca o medievo caminho de ligação entre Maureles e Abragão. Este itinerário seria utilizado por quem, vindo de Norte, pretendia fazer a travessia do Tâmega para Vila Boa do Bispo pelo caminho de Ribaçais, na Barca de Canguedo ou de Travassos, documentada desde o século XI e utilizada até à construção da Ponte do Canal (Soeiro, 1987/88:134). Quem seguisse neste eixo viário passava igualmente junto da necrópole da pedreira da Cancela, a caminho de Ribaçais.

Por outro lado, a designação da própria Quinta do Paço, localizada no eixo em causa, pode igualmente atestar a importância desta via de passagem, sobretudo se, como tantas vezes acontece e nos parece ser aqui o caso, o “paço” tiver a grafia original de “passo”. Pese embora sabermos que diversos membros da nobreza local (como Martim Gil de Arões, Gonçalo Anes de Portocarreiro, Moniz Garcia, entre outros) tiveram em Abragão as suas quintãs e várias propriedades honradas, não nos parece que qualquer deles tenha edificado ali um paço⁸.

Nesta perspectiva, ambas as necrópoles aqui retratadas se associavam às principais vias de circulação local e regional, confirmando o que vários autores já avançaram no caso das necrópoles rupestres (Almeida, 1968:92-96; Barroca, 1987:129), numa clara intenção de implantar os espaços de enterramento na margem dos velhos caminhos, tal como, aliás, também se verifica em grande parte das necrópoles romanas (Villaescura, 2001:134; Rodríguez, 2002:375). Consideramos que esta associação é perfeitamente válida para o caso das sepulturas de lajes avulsas isoladas ou agrupadas em número restrito, não polarizadas em torno de um templo. Voltaremos adiante a esta questão.

⁷ “(...) *Et dixit quod Campus perarie est regalengus quomodo partit per viam.*”

⁸ Conforme PMH, Inq.:596.

Retomando a análise do povoamento dos séculos X e XI na parte Leste do município de Penafiel, verificamos que nesta época se privilegiou a implantação dos núcleos populacionais em zonas férteis de encosta, a média altitude entre os montes da Serra de Luzim e o curso do Tâmega. Aqui os presores puderam fundar as suas villae e as igrejas particulares que posteriormente dariam origem à rede paroquial da Terra (Santos, 2005:93). O povoamento desta zona não se estruturou em torno de templos pré-existentes, tendo a construção dos mesmos sido posterior à implantação dos núcleos habitacionais e decorrente desta (Santos, 2005:36). Se estes núcleos de povoamento não estavam associados a qualquer igreja, a mesma lógica se aplica evidentemente aos respectivos enterramentos.

No caso concreto de Abragão, a igreja existia comprovadamente desde, pelo menos, o início do século XII, período em que se generaliza definitivamente a associação entre cemitério, adro e templo, com a prática da *tumulatio ad ecclesia* (Barroca, 1987:21-27; Barroca, 1990:32-33). À época esta seria ainda uma igreja particular, confirmando-se a teoria de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, segundo a qual as primitivas paróquias do século XI, traduzidas nas *villae-ecclesias*, teriam origem nas igrejas próprias, de vínculo pessoal (Almeida, 1986:115; Santos, 2005:42). Para além disso, sabe-se que na Alta Idade Média as paróquias eram pouco numerosas e possuíam um território alargado, de jurisdição mal definida. No seu espaço coexistiam vários templos particulares, e os núcleos de enterramento não estavam exclusivamente polarizados em torno da sede paroquial, como os vamos encontrar sobretudo a partir dos séculos XII e XIII (Santos, 2005:40-41).

Estas constatações aplicadas às necrópoles da Quinta do Paço e da pedreira da Cancela, não se associando qualquer uma delas a um templo (entendemos que a capela da Quinta do Paço é de construção moderna, podendo no máximo

recuar até ao século XVII), fazem-nos considerar que estes dois núcleos de sepulturas de pedras avulsas podem ser cronologicamente atribuíveis à Alta Idade Média, provavelmente ao início ou meados do século XI.

Se não, vejamos: a Igreja de S. Pedro de Abragão é paroquial desde, pelo menos, o século XIII, mas existia comprovadamente já nos albores do século XII (1105), sendo que neste período a *tumulatio ad ecclesia* estava já generalizada. Poder-se-ia argumentar que a distância entre a necrópole da Quinta do Paço e o templo (cerca de 3km) teria conduzido à sua localização isolada, apartada do espaço cemiterial por excelência. No entanto, a necrópole da pedreira da Cancela, com as mesmas características da anterior, situa-se a menos de 500m da igreja. Por outro lado, a ideia dos “cemitérios familiares” localizados nos casais agrícolas da época da Reconquista, aliada à teoria de Carlos Aberto Ferreira de Almeida⁹ e à clara associação de ambas as necrópoles às principais vias de circulação, contribuem, a nosso ver, para o reforço da sua datação alti-medieval, anterior à edificação do templo.

Dois últimos argumentos parecem, eventualmente, poder também suportar esta hipótese.

O primeiro, o achado de uma estela funerária rectangular com cerca de 100cm de comprimento, 52cm de largura e 17cm de espessura, que se encontra na reserva do Museu Municipal de Penafiel (N.º Inv. MMPNF/8609) e que é proveniente de Abragão (embora se desconheça o local exacto). Mário Barroca publicou-a na sua tese (Barroca, 1987:184-186, 310), afirmando ser um dos exemplares mais antigos do Entre-Douro-e-Minho, descrevendo-a assim: “*Trata-se de uma estela de sepultura rectangular, de grandes dimensões, que numa das faces apresenta uma cruz pátea de braços equiláteros, munida de um pé-alto com base tripartida. O conjunto é coroado por um duplo círculo concêntrico e, pendentes dos*

⁹ No seu estudo das paróquias do Entre-Douro-e-Minho sublinhou que os núcleos de povoamento mais antigos se situam sistematicamente entre o campo (*ager*) e o monte (*mons*), estruturando-se a sua distribuição a partir dos velhos caminhos (Almeida, 1986:122).

braços horizontais, encontram-se representados dois símbolos com ponto central que parecem ser uma tentativa, adulterada, de iconografar o Alfa e Ómega. Este notável exemplar pode ser atribuído ao século XI” (Barroca, 1987:310).

Enquadrando este achado, importa salientar que as sepulturas definidas por lajes avulsas eram essencialmente tumulações anónimas e despersonalizadas, de carácter oculto, cobertas por pedras irregulares e recobertas por terra, associando-se aos mais baixos estratos sociais. Apesar disso, estas sepulturas poderiam ser sinalizadas por estelas, colocadas sobretudo à cabeceira ou nos dois topos, embora estas não individualizassem o túmulo em si nem personalisassem o enterramento, assinalando apenas o espaço necrológico (Barroca, 1987:299,306). Como é evidente, isto deveria acontecer sobretudo no caso das sepulturas isoladas ou agrupadas em número restrito que não estivessem polarizadas em torno de um templo, o que se aplicaria também aos cemitérios “familiares”, precisamente por umas e outros estarem fora do espaço de cemiterial por excelência, ou seja, o adro.

A sinalização das sepulturas de pedras avulsas com estelas leva-nos, na mesma lógica, a pensar na relação directa destes enterramentos com as vias de comunicação. Podemos admitir que muitos destes túmulos poderiam estar identificados, sinalizando-se o espaço sagrado ao transeunte. Com as devidas distâncias, este aspecto remete-nos para uma interpretação que nos lembra as disposições da Lei das XII Tábuas e o *ius sepulcri*, nomeadamente no que respeita aos enterramentos como factor de sacralização do espaço, limitativos da utilização do solo e da transacção da propriedade (Rodríguez, 2002:371 e 375). Sabe-se que estas condicionantes inerentes ao espaço cemiterial em Época Romana determinaram a escolha da sua localização, sobretudo no caso dos enterramentos nas propriedades particulares rurais, considerando-se que “(...) *la construcción de tumbas junto a los caminos públicos se debe también a que esto evitaba situaciones conflictivas futuras, pues el vendedor*



Figura 13. Estela funerária proveniente de Abrugão

de un fundo en el que hubiese una tumba tiene que reservarse el derecho del iter ad sepulcrum, el camino de acceso (...)” (Rodríguez, 2002:375).

A atitude romana perante a morte, e a vida do espírito para além desta, parece-nos também permanecer de maneira subtil na mentalidade medieval quando realçadas as semelhanças circunstanciais destas necrópoles rurais. Estará a sinalização das sepulturas alti-medievais situadas junto dos caminhos de alguma forma associada à velha ideia da *memoria aeterna*, segundo a qual a alma do defunto se mantinha individualizada, apartada da terrível massa dos *dii inferi* e dos *manes*, enquanto aquele fosse recordado (Rodríguez, 2002:370 e 375)? Não seria a sinalização das necrópoles alti-medievais anónimas, quando situadas precisamente junto dos mais movimentados eixos de circulação, uma forma eficaz de assegurar a lembrança e a memória dos que já partiram?

O segundo argumento, uma referência nas Inquirições de 1258 a um lugar apelidado de *mortarum* (PMH, Inq.:597), no termo

de Maureles, topónimo sugestivo que pode aludir à necrópole da Quinta do Paço, se a menção for relativa ao *terminus* Sul do lugar, confrontante com Abragão. O que indica que o local de enterramento anunciado pelo topónimo na diplomática terá necessariamente de ser um local antigo, reconhecido por todos, fixado pela população local e pela toponímia, necessariamente muito anterior ao século XIII.

5. Conclusão

Destes breves apontamentos facilmente se conclui que apenas uma investigação documental e arqueológica mais aprofundada poderia trazer esclarecimentos sobre estas questões, sobretudo porque a produção de conhecimento científico acerca das sepulturas definidas por lajes avulsas é ainda muito escassa no panorama arqueológico nacional em geral, e no do Entre-Douro-e-Minho em particular. Faltam-nos suficientes dados comparativos locais e regionais para inferir conclusões seguras e generalizáveis, podendo, mesmo assim, encontrar-se um bom conjunto de investigações realizadas nos últimos quinze anos, mas sobretudo no que se refere às necrópoles rupestres, e à zona Centro do país, nas quais nos baseamos para inferir algumas conclusões por analogia a estes casos de estudo¹⁰. É pouca a informação acerca dos trabalhos arqueológicos realizados no Norte em necrópoles de sepulturas de lajes avulsas. Parece-nos também que com muita facilidade e leveza de análise se lhes tem demasiadas vezes atribuído uma cronologia genérica entre os séculos XII e XIII. Na maior parte dos casos, estes trabalhos são escavações em contexto de obra, muitas vezes até apenas o mero registo dos enterramentos localizados em adros e na envolvente de igrejas que foram alvo de remodelação, cujo propósito não foi

o estudo aprofundado com vista à produção de conhecimento sobre estes enterramentos¹¹. Apesar de ter constituído provavelmente o tipo de enterramento mais comum durante toda a Idade Média, é talvez o menos conhecido e estudado. Por outro lado, consideramos que as necrópoles de pedras avulsas associadas às igrejas devem ter uma interpretação diferente das sepulturas isoladas ou em núcleos “familiares”, que nos parece estar mais próxima das ideias já avançadas para as sepulturas rupestres, e relacionar-se sobretudo com o tipo de actividade económica que pode estar associada ao povoamento disperso.

Resta-nos apenas fazer uma breve referência a alguns destes testemunhos até agora sinalizados no município de Penafiel. Conhecemos várias ocorrências para além das duas que agora aqui noticiámos. Temos indicação de existir em Abragão um terceiro núcleo de sepulturas definidas por lajes avulsas, desta feita no lugar de Louredo, num terreno conhecido como *Campo do Santo*, que visitámos há alguns anos atrás. Esta referência encontra-se publicada (Leal, 1973:15; Pereira e Rodrigues, 1904; Miranda, 1928:188) e indica a existência de uma capela de S. Tomé, onde em 1717 teriam sido encontradas “(...) *algumas sepulturas razas e um grandioso tumulo de pedra.*” No local ainda era possível ver, no meio do campo de centeio, um amontoado de pedras soltas, de onde sobressaía uma grande laje rectangular, que não tivemos oportunidade de confirmar se se tratava de uma tampa de sepultura, de sarcófago ou de uma estela funerária.

Para além desta referência, Abílio Miranda noticiou também que se encontravam em Abragão “(...) *umas sepulturas cavadas na rocha, no lugar de Aldeia*”, e ainda “(...) *outras no adro da igreja, marcadas por pedras, que nós supomos*

¹⁰ É o caso dos estudos realizados por vários investigadores, como Catarina Tente, Sandra Lourenço, Maria Afonso Vieira, António Carlos Valera, entre outros. A obra nacional de referência para o Norte do país continua a ser, ainda, o amplo estudo das necrópoles medievais do Entre-Douro-e-Minho de Mário Barroca.

¹¹ É o caso das escavações de Francisco Sande Lemos em Vila dos Sinos (Mogadouro), de Carlos Alberto Brochado de Almeida em Fão (Esposende), de Luís Fontes em Braga e em Cabeça Santa (Penafiel), entre vários outros estudos, cujo propósito não foi o de levar a cabo estudos regionais amplos e comparativos, e que não permitem leituras muito mais abrangentes do que as do próprio contexto do sítio arqueológico intervencionado.

serem estelas discóides” (Miranda, 1928:188). No que respeita às sepulturas rupestres do lugar da Aldeia, não encontrámos até ao momento qualquer vestígio das mesmas.

Os restantes testemunhos conhecidos encontram-se já inventariados e publicados (Santos, 2005:CD), e são na sua grande maioria sepulturas associadas a templos, embora muitas delas já destruídas, de cuja existência nos chegou eco sobretudo através da bibliografia consultada. Dos vários exemplos, apenas a necrópole da Igreja Velha de Lagares foi alvo de escavação arqueológica, levada a cabo por Mário Barroca, Manuel Real e Rui Tavares, tendo fornecido dados cronológicos seguros das sepulturas de pedras avulsas, cujos exemplares mais antigos e coevos da igreja pré-românica são atribuíveis ao século XI (Barroca, 1987:301).

Para além deste exemplo temos, de Norte para Sul do município de Penafiel, as necrópoles da capela de S. Bartolomeu de Louredo (Penafiel), da capela de S. João de Rande (Milhundos), da mata da Casa do Souto (Guilhufe), da igreja de Santo Adrião (matriz de Duas Igrejas), de Budelos (Oldrões), da igreja de S. Salvador (matriz de Cabeça Santa), da igreja de S. Gens (matriz de Boelhe), e ainda a necrópole da residência paroquial de S. Vicente (Pinheiro).

Esperamos, a partir destas breves notas, poder vir a realizar um estudo mais aprofundado desta temática. Até lá, continuaremos a não fazer muito mais do que especular, na maioria das vezes apenas com base nos pressupostos assumidos da lógica e da razão, sem suporte documental e arqueológico suficiente que garanta a certeza das conclusões inferidas.

6. Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1990) - O domínio romano. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O., - *Nova História de Portugal. I - Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Editorial Presença, 1990
- ALMEIDA, C.A.F. (1968) - *Vias Medievais de Entre-Douro-e Minho*. Dissertação para Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: F.L.U.P., 1968, edição policopiada.
- ALMEIDA, C.A.F. (1986) - A Paróquia e seu Território. *Cadernos do Noroeste*, vol. I, Abril. Braga: Universidade do Minho, 1986
- BARROCA, M. J. (1987) - *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*. Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica Porto apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: F.L.U.P., 1987, edição policopiada.
- BARROCA, M. J. (1990) - As sepulturas rupestres de São Salvador do Monte (Amarante). *Entremuros*, n. 1. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 1990.
- FONTES, L.; CATALÃO, S. (2008) - Intervenções arqueológicas no âmbito da Rota do Românico do Vale do Sousa. Procedimentos e resultados. *Oppidum, Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa*, número especial. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, 2008.
- LEAL, P. (1873) - *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Vol. 1. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873.

- LOURENÇO, S. (2007) - O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva. *Trabalhos de Arqueologia*, 50. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2007.
- MATTOSO, J. (1982) - *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães e Cia. Editores, 1982.
- MIRANDA, A. (1928) - A freguesia de Abragão. *Penha-Fidelis*, 1.º ano, n.º 9. Penafiel: Biblioteca Municipal de Penafiel, 1928.
- NUNES, M.; SOUSA, L.; GONÇALVES, C. (2006) - Sepulturas medievais escavadas na rocha no concelho de Lousada: o cemitério rupestre do Irmeiro (Boim). *Oppidum*, n.º 1. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, 2006.
- PEREIRA, E.; RODRIGUES, G. (1904) - *Diccionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico*. Vol. 1. Lisboa: João Romano Torres Editor, 1904.
- PMH, Inq. - *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones* - Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: 1888.
- RODRÍGUEZ, J.R. (2002) - Aspectos legales del mundo funerario romano. *Espacio y usos funerarios en el Occidente Romano. Actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba*, vol. 1. Córdoba: Univerdidad de Córdoba, 2002.
- SANTOS, M.J.F. (2005) - A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308). *Cadernos do Museu*, n.º 10. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, 2005.
- SANTOS, M.J.F. (2008) - Os contextos. In SANTOS, M.J.F. (coord.) - *Igreja de S. Pedro de Abragão. Redescobrir um templo românico*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, 2008.
- SOEIRO, T. (1984) - Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega na época romana. *Penafiel- Boletim Municipal de Cultura*, 3.ª série, n.º 1. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 1984.
- SOEIRO, T. (1987/88) - Penafiel. O Tâmega de ontem. *Penafiel - Boletim Municipal de Cultura*, 3.ª série, n.º 4/5. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 1987/88.
- ROSAS, L.M.C. (2008) - A análise artística. In SANTOS, M.J.F. (coord.) - *Igreja de S. Pedro de Abragão. Redescobrir um templo românico*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, 2008.
- RRVS (2008) - *Rota do Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa, 2008
- TENTE, C.; LOURENÇO, S. (1998) - Sepulturas medievais escavadas na rocha dos concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, n.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 1998.
- VIEIRA, M.A. (2005/2006) - Formas de povoamento rural na região do Alto Paiva (séculos V a X). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*, n.º 31-32. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2005/2006.
- VILLAESCURA, R.G. (2001) - *El mundo funerário romano en el País Valenciano. Monumentos funerários y sepulturas entre los siglos I a.C. - VII d.C.*. Madrid/Alicante: Casa de Velásquez/Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert, 2001.